

A função persuasiva do sagrado: religião e retórica no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (século XIX)

RAPHAEL SILVA FAGUNDES*

Resumo: Este artigo busca destacar a função da religião no procedimento argumentativo desenvolvido pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ao longo do século XIX. Com o objetivo de forjar uma identidade nacional ligada ao projeto político centralizador iniciado nos últimos anos das regências, esses eruditos investiram intensamente em elementos sagrados na estrutura de seus discursos pronunciados, com grande pompa e entusiasmo, nas cerimônias de aniversário da associação. Abordando a retórica como chave de leitura, analisaremos as estratégias persuasivas usadas para a construção e promoção da imagem da nação, do imperador D. Pedro II e do próprio Instituto Histórico por meio dos valores e saberes religiosos compartilhados pela sociedade brasileira oitocentista.

Palavras-chaves: Brasil; Identidade Nacional, Catolicismo, IHGB

The persuasive function of the sacred: religion and rethoric on Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (19th century)

Abstract: This article aims to highlight the agency of religion in the argumentative procedure of the members of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) during the nineteenth century. With the objective to foster a national identity linked to a centralized political project in the last years of the Regency period, these intellectuals invested intensely in sacred elements in the composing process of their speeches, with a great pomp and enthusiasm, during the association's anniversary ceremonies. Approaching the rethoric as a key to read, we are going to analyze the persuasive strategic used to build and promote the national identity, the emperor Dom Pedro II's image and the own Instituto Histórico's importance, based on the values and religious knowledge shared in the XIX century brazilian society.

Keywords: Brazil; National Identity; Catholicism; IHGB

Introdução

Como destacou René Remond, o fator religioso é, no século XIX, uma consequência das contradições e disputas que vinham se desdobrando desde as Reformas, passando pelo movimento das ideias filosóficas do século XVIII e pelo impacto da Revolução Francesa. O liberalismo¹, sobretudo, “mesmo sendo em suas linhas gerais anticlerical, comporta, contudo, uma variante religiosa; é assim que existe um catolicis-

* Doutorando em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: raphaelsfagundes@yahoo.com.br

¹ O liberalismo, apesar de suas diversas variações, tem como premissa, segundo René Remond a ideia de liberdade no sentido econômico social e político (Rémond, 2002: 16)

mo liberal" (Rémond, 2002: 15).

Esse catolicismo liberal pode ser observado entre os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Em seus pronunciamentos, realizados nas cerimônias de aniversário da associação, oscilavam, como em um movimento pendular, entre os elementos que constituíam o discurso liberal e os valores tradicionais do cristianismo herdado da antiga metrópole, forjando uma retórica cativante que visava consolidar a monarquia constitucional.

No Brasil, o ideal liberal que, em um primeiro momento misturou-se ao ideário constitucional, era considerado um marco da civilização, representando, por seu turno, a passagem de uma etapa nefasta, dominada pelo autoritarismo, para uma nova condição que tem em seu estandarte a liberdade (Neves, 2009: 186). A deputação enviada para cumprimentar o jovem imperador D. Pedro II, em sete de setembro de 1841, deixa isso bem claro ao afirmar que a nossa Independência fez surgir "o Trono Brasileiro rodeado de instituições liberais" (70ª Sessão em 13 de setembro, 1841: 370). O IHGB se julgava uma dessas instituições e, para além do fato de que tais homens ilustres dedicavam-se intensamente à missão de promover as pesquisas para a história pátria, "sob a valiosa proteção do liberal governo de Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II, nosso Augusto Imediato Protetor" (Barbosa, 1842: 05), nas palavras do cônego Januário da Cunha Barbosa, podemos observar também uma concepção do sentimento patriótico, foco do projeto histórico da "Casa da Memória Nacional", ligada à ideia de criação divina:

...o homem ama com o coração a pátria, os pais, a mulher, e os filhos; e ama muito mais ainda.

E foi o Senhor Deus quem lhe plantou no coração esses sentimentos para conglutina-lo com a terra; e lhe deu todos esses instintos generosos (Macedo, 1891: 278).

Tanto o ideal liberal quanto os valores religiosos foram agenciados nos discursos dos sócios do Instituto Histórico por meio de uma retórica que visava um modelo de identidade nacional sintonizado aos interesses políticos centralistas. Manoel Salgado Guimarães é enfático ao tratar da visão homogênea de nação que o Instituto estava imbuído em forjar. Desde seus trabalhos mais antigos, Guimarães afirma que "a fisionomia esboçada para a Nação brasileira" projetada pelo o IHGB e a historiografia desta

instituição, cuidarão em reforçar “uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras” (Guimarães, 1988: 06). A partir destas questões, seria de suma importância observar como os integrantes da associação letrada oitocentista manuseavam os elementos religiosos na composição retórica de seus argumentos.

A fundação do IHGB, em 1838, segundo a professora Lucia Maria Paschoal Guimarães, está relacionada à disputa política entre a “facção áulica”, liderada pelo ministro Aureliano de Sousa Coutinho, e o avanço do “regresso” encabeçado por Bernardo Pereira de Vasconcellos. Buscava-se um espaço aparentemente neutro para a volta dos áulicos ao poder (Guimarães, 2011: 43). A partir deste contexto, a associação de letrados investiu em um sólido projeto para a consolidação do Estado imperial centralizado na monarquia. Arno Wehling demonstra a importância do Instituto no processo de forjamento da unidade nacional por meio do “cultivo sistemático da memória nacional” (Wehling, 1999: 33-34). Para criar uma ideia de nação coesa, pondo fim aos interesses provinciais causadores de conflitos, a elite cultural associada ao grêmio carioca, administra o passado, forja mitos nacionais e, como destacou Manoel Salgado Guimarães, fez deste espaço um reduto onde os debates sobre a construção da identidade nacional tornam-se legítimos (Guimarães, 2007: 103).

Nessa política cultural de construção da identidade nacional, o religioso era primordial, sendo assim, “limitar-se, como se faz às vezes, às posições políticas é deter o olhar na superfície das coisas” (Coutrot, 2003: 338). Segundo Marcel Detienne, os sentimentos de identidade e nacionalidade são reflexos de uma unidade cultural, uma “similaridade” de pensamentos de pessoas diferentes e de um esquema conceitual de fácil memorização e comunicação, rico emocionalmente. Esses elementos são encontrados em diversas culturas, no entanto, o “sentido da história” tem lugar no cristianismo. “Segundo a mitologia cristã, a crença de que a história tem um sentido, e um só, se origina no relato da danação do homem” (Detienne, 2013: 59). A condição humana no tempo é determinada por sua queda inicial, no primeiro pecado, e pela busca da salvação. Essa historicidade, que se alia a outros elementos do esquema conceitual cristão, como a morte, o sacrifício para a redenção, o culto ao morto, coadunados nas palavras de Fustel de Colanges, “uma religião começa com o culto familiar dos mortos”, estará no projeto nacional do século XIX de inúmeros países. É a noção de uma “comunidade de lembranças históricas, a certeza de uma sorte de destino comum

[que] faz nascer e crescer tanto o sentimento nacional quanto o amor pela pátria” (Detienne, 2013: 74). O que há é um reconhecimento de um tempo comunitário, uma fórmula cristã que serviu para os objetivos nacionalistas.

De acordo com Heinz-Gerhard Haupt, religião e nação passam a compartilhar alguns traços e funções comuns: “fornecerão mitos de origem, santos e mártires, objetos, lugares e cerimônias santas, um sentido do sacrifício e das funções de legitimação e mobilização”. Os contatos entre nacionalismo e religião aconteceram por “fusão e osmose” onde “os sacerdotes e sua influência, os intelectuais e seu público, os homens políticos e suas estratégias são as relações mais importantes que intervêm” (Haupt, 2008: 79).

Tendo isto em vista, aproveitaremos o conceito de *rethorical redescription*, proposto por Quentin Skinner. O autor ao analisar um tipo de mudança conceitual específico, “a mudança de tipo retórico”, destaca que essas “mudanças surgem sempre em que uma ação ou uma situação são descritas através de um termo analítico que não seria utilizado, em princípio, em tais circunstâncias”. O objetivo é “persuadir uma audiência de que, apesar das aparências, o termo é adequado e pode ser aplicado” (Skinner, 2002: 254-255). Para Skinner, o resultado disso é fazer com que as pessoas enxerguem o fato à luz de uma nova moral. O fato religioso será visto à luz do ideal de nação moderno. A retórica atrelada ao discurso religioso amalgamava-se aos elementos entabulados pela modernidade, como a ciência e o progresso, para que juntos fornecessem os alicerces e as vigas de um modelo de identidade nacional conectado ao projeto político defendido por figuras próximas a D. Pedro II.

A Providência e o futuro próspero

Apesar de se defender uma história do Brasil escrita por brasileiros era muito comum, entre os sócios do Instituto, as citações de autores estrangeiros quando estes elogiavam a pátria, o que servia tipicamente de argumento de autoridade. Esse tipo de argumento “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005: 348). Emílio Joaquim da Silva Maia, autor de uma biografia sobre José Bonifácio, é um dos exemplos mais significativos desta questão. As autoridades estrangeiras eram usadas como

prova de que a natureza brasileira era uma das mais belas do globo:

Se o nome do Brasil, como diz Freycinet recorda tudo quanto a natureza tem de mais belo e fecundo; si, como diz Southey, os brasileiros receberam por herança uma das mais belas porções da terra; si como diz Beauchamp, é impossível falar desse abençoado solo sem nos lembrarmos que o ouro e os diamantes saem do seu seio, ao mesmo tempo em que todas as culturas nele prosperam; muito nos devemos ufanar de termos nascido em um tal país! Mil graças rendamos ao Criador por tão grande benefício (Maia, 1846: 116).

Além de recorrer a estrangeiros, Silva Maia agradece a Providência por nos conceder esta dádiva. E complementa afirmando que o “Supremo Ser”, “não satisfeito com os milhares bem físicos que já tínhamos recebido, também muito nos enriqueceu fazendo aparecer na terra de Santa Cruz os talentos e os gênios” (Maia, 1846: 116). A nação então é alimentada pela glória divina. Nesta passagem é mostrado que uma nação civilizada não poderia ser louvada apenas por seus bens físicos, por isso Deus encheu estas terras de talentos e gênios, aumentando ainda mais o valor da obra do Criador.

Na exaltação do mecenas chefe da monarquia brasileira, silogismos são invocados como premissas lógicas e exatas visando, por sua vez, “uma conclusão afirmada categoricamente” (Plantin, 2004: 448). A ação dos Protetores das Letras e Ciências permitiu o avanço da filosofia e da religião, imprescindíveis para o progresso da humanidade. É o que anuncia o discurso proferido por Aureliano de Souza Coutinho na abertura da cerimônia de aniversário do Instituto em 1840:

Senhor! Se o desenvolvimento e o progresso do espírito humano, desembaraçado das trevas dos antigos tempos; se a cultura da sã filosofia, e o apreço das verdades sublimes da Religião, tem feito incontestavelmente a humanidade bens incalculáveis, pode-se afoitamente dizer, que eles são devidos aos benéficos Protetores das Letras e Ciências (Coutinho, 1916: 576).

Em todos os tempos, o progresso humano foi devido à filosofia e às verdades da Religião. Entretanto, sem a proteção de um soberano, nada disso seria possível. Neste momento, vemos que certos valores cultivados na época, provenientes da religião e da filosofia (iluminista), apareciam no discurso como peças chave para o progresso. A apropriação de elementos de um dado circuito cultural é de importância vital para a adequação das palavras à estética receptiva compartilhada pelos ouvintes (Jauss, 1979: 45-46). Assim, a religião católica e a filosofia iluminista conciliaram o tra-

dicional e o moderno, um relacionamento que se mostrou fecundo por meio da destreza retórica dos membros do Instituto Histórico.

Essa simbiose entre o religioso e o profano nada mais era do que um atavismo herdado pelo ecletismo iluminista lusitano (Domingues, 1997: 207). Na revista *Minerva Brasiliense*, fundada em 1843 por Francisco Torres Homem, publicista importante da época, o editor, apesar de reconhecer que a Revolução Francesa deu “sinal de que uma grande mudança se havia operado nas ideias dos povos”, observou que o empirismo materialista, “que formava o alicerce do edifício filosófico do século XVIII”, foi combatido de forma colossal pela “ciência da alma” de Kant e Hegel. Deixar Deus de fora das convicções morais foi um grande erro, na visão de Torres Homem, da ciência do século XVIII. A força do cristianismo supera a incredulidade e “o vazio horrível, que ela [a ciência materialista] deixara nos corações” (Homem, 1843: 5).

O mesmo pode ser observado nas palavras do discípulo de Jean Baptiste Debret e orador do Instituto, Manoel de Araujo Porto Alegre, no elogio aos sócios realizado no sexto ano da associação em 1844. Segundo Porto Alegre, essa “empresa patriótica” (reunião de eruditos empenhados na construção da identidade nacional) tem seu início nos finais do século XVIII e promoveu a “reação dos valentes idealistas, que combatem as doutrinas do ceticismo, deste cancro horrível da sociedade moderna” (Porto-Alegre, 1973: 36).

Em 1841, o discurso do visconde de S. Leopoldo, presidente da associação e senador do Império, após ter destacado a relevância da proteção imperial, revela uma questão muito importante na retórica oitocentista. “Quando a Providência se apraz de dar aos povos tais monarcas” lega-se um grande estímulo a posteridade. Estabelece uma comparação com Carlos Magno, criador da escola palatina, relacionando a antiga instituição criada pelo rei carolíngio com D. Pedro II, ambos estiveram, em suas respectivas temporalidades, sob a égide celestial. Após o nome do soberano francês, parênteses foram evocados para incluir um detalhe de cunho religioso: “Leão III lhe cinge em Roma o diadema dos Césares, e o primeiro se prostra ante ele; à esta cena retumba a igreja de S. Pedro com as aclamações de um povo abatido, nos desvarios do orgulho extasiado como a imagem do seu antigo esplendor”. Depois se seguem os elogios ao monarca medieval: “grande homem, grande rei, grande legislador, lançado como brilhante exceção em meio de um século bárbaro e de trevas, ia resfolegar de tanta lida

na sua favorecida Academia Aulica...". Elementos religiosos aparelhavam-se aos eruditos para pungir os ouvintes de que o Império estava indo no caminho certo.

Após citar os feitos da dinastia dos Braganças, em termos de proteção às ciências, S. Leopoldo se volta aos sábios da Antiguidade:

Se fosse conhecido dos antigos esse nosso sistema de associações literárias, se florescessem em Roma academias, Horácio, para não poluir a sisuda companhia do seu amigo Virgílio, de boamente riscaria de seus versos algumas obscenidades; Lucrécio, para não desmerecer a honra de cônsulo de Cícero, só haveria conservado no seu poema traços os sublimes, com que se mostra tão grande pintor, e teria suprimido aqueles, nos quais em frios versos prosaicos dá lições de ateísmo: isto é, nos quais se esforça por tirar o freio ao perverso, que triunfa, e a consolação ao virtuoso infeliz (São Leopoldo, 1841: 519-521).

Aqui emerge um aspecto curioso da retórica dos membros do IHGB. São Leopoldo e outros oradores sempre se valeram do exemplo dos antigos, para reforçar a importância da missão dos eruditos, mas nesse momento, discute com os clássicos. Afirma que se os sábios de outrora tivessem um "sistema de associações literárias" sob a tutela de um soberano escolhido pela Providência, seriam ainda mais virtuosos. Horácio riscaria as obscenidades de seus versos e, Cícero, teria "suprimido" as lições de ateísmo de suas máximas. Isto é, o paládio de um mecenas cristão era a razão da fecundidade da produção cultural.

Circulava no Ocidente a ideia de que a religião era a engrenagem da civilização. Em 1756, Mirabeau, afirma que a religião tornou a civilização possível: "a religião, longe de ser excluída pelas 'virtudes sociais' ou pela 'moral natural', é considerada por Mirabeau como o 'principal móvel' da *civilização*, ela mesma assimilada à sociabilidade" (Starobinski, 2001: 14). O *Dicionário Universal* (Trévoux) de 1771 descreve que "a religião é incontestavelmente o primeiro e o mais útil freio da humanidade; é o primeiro móvel da civilização", (in: Starobinski, 2001) porque liberta os instintos humanos da barbárie, da violência, e de outros costumes tidos como rudimentares. É por meio desta perspectiva que o visconde de São Leopoldo, no final da passagem citada, assegura que o ateísmo dos antigos freava a felicidade e o progresso.

As ideias emanavam deste vocabulário que, por sua vez, enquadrava as contradições políticas e sociais aos interesses do projeto político centralizador. Era uma maneira reconhecida e irrefragável de dar sentido a realidade imediata. Isso dava cor-

po a uma das máximas da teoria da argumentação: “é em função de um auditório que qualquer argumentação se desenvolve”, ou o fato de o orador estar obrigado a se adaptar a seu público. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005: 07) Cícero afirma que uma narração só alcançará verossimilhança quando respeitar às circunstâncias em que está inserida (Cícero, 2005: 69). Abordar o tema da religião era cogente na composição do discurso suasório. Como dizia Ludwig Wittgenstein na “linguagem, tocamos-se expectativa e realização” (Wittgenstein, 2009: 177). E para se crer em um projeto, na sua fatídica realização, são necessários elementos que estimulem a esperança (Bloch, 2005: 108). A fé católica era um destes elementos. Trata-se de uma experiência estética de recepção consubstanciada em significados reconhecidos no mundo social. Um discurso que tem a pretensão de ser coerente e persuasivo não pode se dar o luxo de ser insólito, deve se enquadrar às maneiras habituais de dizer (Jauss, 1979: 50).

Manuel de Araújo Porto Alegre, em 1846, compõe dois discursos nos quais o ideal de Providência salta aos olhos. Um perante o imperador D. Pedro II, no dia 23 de julho, dia do aniversário da maioridade, e outro no dia 30, “pelo fausto motivo do feliz nascimento de uma princesa”. Sem titubear, o orador se atem a um mistifório entre a noção de Providência e o sentido de marcha progressiva. “A ventura aclamação de Vossa Majestade Imperial, coroando todas as esperanças da família brasileira abriu-lhe esse desejado futuro que ora goza, e que fará sua única prosperidade” (153ª sessão em 27 de agosto de 1846, 1846: 420). Em seguida, roga para que a Providência não deixe de derramar suas bênçãos sobre os membros da família imperial:

O Instituto, beijando as sagradas mãos de Vossa Majestade com adesão e amor, volve os olhos ao céu, e suplica com todo fervor do coração à divina Providência que não cesse de derramar as suas bênçãos sobre V. M. I., sobre a augusta imperatriz do Brasil, sobre o sereníssimo Senhor D. Affonso, e sobre todos os seus fieis brasileiros (idem).

No discurso seguinte diz que a Providência era fulcral para a fomentação do progresso do que se começou em 1822: “cada príncipe que ela [Providência] nos envia é um núncio de prosperidade, uma coluna do futuro, uma pedra fundamental do monumento começado no Ypiranga” (idem). A noção de tempo aqui é interessante porque se apresenta como uma marcha, um movimento à prosperidade que começou na Independência, com o apoio da Providência. Não há profecias, como na concepção pré-moderna de tempo (Hartog, 2013: 69), no oitocentos, a Providência se dobrava ao

rumo da história. Esse é um exemplo claro da *rethorical redescription*, onde a antiga palavra é inserida para descrever uma nova visão de mundo.

“A Providência ouviu os votos do Instituto, que são os votos do Brasil”. Em seguida, Porto-Alegre complementa afirmando que o IHGB saúda o imperador em “nome da história” (153ª sessão em 27 de agosto de 1846, 1846: 421), observa-se a mixórdia das noções. Concepções sagradas e profanas liquefazem-se para formar o rio por onde as águas do progresso dimanarão inexoravelmente. Como destacou Giorgio Lacerda, a historiografia do início do século XIX procurou “de alguma forma harmonizar as formulações teológico-políticas, principalmente as que se fundamentavam em um discurso Providencialista da história, com concepções ilustradas sobre o passado” (Lacerda, 2010: 11). A linguagem Providencialista se mistura com a concepção de progresso, mesmo após uma nova experiência de tempo fundada nos finais do século XVIII, quando as academias brasílicas (as quais o IHGB se diz herdeiro) adotaram o antigo modelo historiográfico para caracterizar as particularidades da América. Esse é um exemplo claro de herança linguística.

Esses elementos serão inestimáveis no discurso ao longo dos anos. Em 1853, no seu relatório dos trabalhos anuais realizados pela a agremiação carioca, Joaquim Manoel de Macedo, destacou que o mundo civilizado “admira o patriótico empenho com que o monarca americano procura animar e desenvolver as letras do Império, cujos destinos lhe foram confinados pela Providência”. O futuro próspero estava garantido até porque o Império do Brasil, no cenário republicano da América Latina, era um cristal em meio a carvão que ardia em brasa: “não foi de balde que a Providência colocou nossa bela pátria no meio de tão assombrosas magnificências, e que abriu no seu fecundíssimo solo tantos e tão inexauríveis mananciais de riqueza” (Macedo, 1853: 599).

Já no ocaso do Império, em 1886, Joaquim Norberto da Silva e Souza irá lembrar-se dos sócios fundadores e elogiá-los em um estilo que nos remete aos sermões do padre Antonio Vieira. “Novos Colombos da inteligência, Januário da Cunha Barbosa e Raymundo José da Cunha Mattos, como que adivinharam um novo mundo”. Em vez de bússolas usaram a “inspiração que dá o amor da pátria, vestal dos corações da humanidade, e deixaram o resto à Providência Divina, a quem eles imploraram entoando sublimes estrofes de Isaías” (Souza, 1886: 491). A ideia era mostrar que nas origens da

nação houve o toque da Providência, dando a esta um teor sagrado.

Mas, para vitalizar ainda mais suas palavras, o presidente da associação entretete situações e acontecimentos das Escrituras Sagradas com o projeto de nação progressista do oitocentos:

...enfileirando sob seu [se refere ao imperador] pendão de luz novos e denodados campeões. Esses novos campeões dirigem-se de frente erguida para a terra da promessa [o que lembra Moisés], que é o futuro, como o futuro é a glória, cabal recompensa dos trabalhos de abnegação (idem: 293).

Em outros casos, a Providência como gestora de um destino é relacionada à ciência de forma quase que poética. O segundo secretário Dr. Caetano Alves de Sousa Filgueiras é quem lê o relatório dos trabalhos anuais de 1860 na cerimônia de aniversário do IHGB. Narra a história do Brasil por uma perspectiva Providencialista. Começa mencionando que é “sempre o dedo Providencial que prende os fatos da humanidade e as criações da natureza a uma rigorosa dedução de princípios e de consequências” (Filgueiras, 1973: 658). É desse mistério que surgem as alianças; que motivam a ruína e a prosperidade; que se promove a aparição de um déspota ou de um nome tutelar; que derrama sangue ou ciência... “As crenças e o estudo que me trouxeram estas convicções mostram-se na história do Brasil repetidos exemplos desta verdade” (idem). Isto é, a confirmação da ação da Providência se mostra através das pesquisas lideradas pelo IHGB. Não mais se trata de profecias confirmadas, como pregavam os padres barrocos na legitimação dos reis portugueses. No entanto, nestas situações, a retórica adéqua os ideais iluministas aos vocábulos tradicionais herdados do passado colonial.

Filgueiras complementa que “a Providência pela mão de ousados argonautas” impulsionou Cabral a chegar nestas terras, já que este “pedaço de terra [...] desempenhava um importantíssimo papel nos desígnios da Providência [...] forçava o homem do século XV a devassar os segredos do oceano Atlântico, e a encontrar nele a força divina que deveria arrojá-lo às plagas do novo mundo”. Cabral foi um dos “inocentes instrumentos desses divinos planos” (idem: 659-660). Por fim, salienta que o espírito mercantil dos colonizadores teve influência divina: “a Providência o encarrega [o espírito mercantil] de fazer brotar a fonte da futura nação”. Depois conclui: “com a independência [...] sem terríveis abalos, sem sangue e sem horrores [...] é tão clara e eficaz a intervenção da Providência” (idem: 661). Caetano Filgueiras vai juntando provas para

mostrar que o Brasil foi uma criação histórica guiada por forças divinas, sendo assim, seria necessário continuar com os desígnios da Providência dando a ideia de paz e unidade, que tanto é repetida no modelo historiográfico defendido pelo grêmio.

Não há como negar que estes letrados entendiam que seria a ciência o que descobriria e confirmaria aquilo que a Providência planejou. Esta junção entre ciência e religião, latente nos discursos, tinha a retórica como argamassa. Depois de tanto evocar a Providência, continua Filgueiras:

No dia em que a ciência demonstrou que o Brasil tinha por cima de sua cabeça o sol dos equinócios, a seus pés um oceano, nos seus braços rios gigantes, no seu dorso alcantiladas cordilheiras, e no seu regaço inesgotáveis tesouros de riqueza mineral e vegetal, proclamou ao mesmo tempo que a civilização pacífica que desde o começo dos séculos caminha do oriente para o ocidente encontrara o empório das letras e das artes (idem: 661).

A ideia profética de que haveria um futuro próspero foi confirmada pela ciência: “Todas estas condições que profetizam o porvir deste país confirmam de maneira solene o destino que lhe fora traçado” (idem). A Providência traçou o destino, a ciência, promovida pelos letrados do Instituto Histórico, o confirmou. É o ecletismo português adentrando o século XIX.

É também o argumento de Manoel Araujo de Porto Alegre, que usa o Evangelho como uma estratégia retórica para descrever o advento da Independência do Brasil, fundadora da monarquia, modelo político que defendia de forma contumaz:

O Evangelho estendeu as suas asas seráficas por sobre a terra, fez do homem um novo ser, deu-lhe uma nova existência, e preparou-o para uma vida dupla; assim como o Evangelho da pátria, proclamado no Ipiranga, nos regenera para uma nova existência social, e esboroa por sua pressão divina esses vestígios de uma geração que alimentou-se com o leite da escravidão, e que vive no meio da liberdade como o Fausto de Goethe no meio dos fatos da ciência humana (Porto-Alegre, 1973: 60-61).

Assim como o Evangelho mudou o homem, a Independência mudou os habitantes que viviam em escravidão deste lado do Atlântico. Assim como o Evangelho deu liberdade aos homens, a Independência deu liberdade aos brasileiros. O mesmo estilo lógico do barroco é utilizado para descrever uma nova situação política: a comparação da realidade imediata com os símbolos da religião cristã. No entanto, o que desvendava os mistérios da religião eram as descobertas científicas promovidas pela associação sob proteção do Imperador.

A questão da unidade: a homenagem a D. Affonso

Os sócios do Instituto lançaram mão de uma retórica de identidade que relacionava os integrantes da associação carioca com a realeza, sobretudo, com o patrono da “Casa”, D. Pedro II. Este envolvimento pode ser notado no grande aparato emocional que caracterizou as homenagens prestadas, em 1º de julho de 1847, ao príncipe falecido Dom Affonso, primogênito de D. Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina. O Instituto aponta a relação direta entre os seus membros e o Imperador, evidenciando, a saber, que os dois compartilhavam a mesma dor. Por essa razão, separou-se um dia para lamentar as mútuas perdas, como se fossem uma só, igualando, desta feita, os sentimentos imperiais aos institucionais no seio do IHGB.

Os sócios, deste modo, empenharam-se a escrever peças em homenagem ao membro herdeiro do trono imperial e presidente honorário do IHGB. Em 1848, os discursos foram publicados na *R.IHGB* sob o título *Oblação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro da memória de seu presidente honorário o Senhor Dom Affonso, augusto primogênito de Suas Majestades Imperiais*. São peças retóricas por excelência, que, emocionalmente, articulam a perda do primogênito com as circunstâncias políticas de então, revitalizando a posição do IHGB em prol do projeto de uma identidade nacional una e indivisa que parte da figura centralizadora da família imperial.²

Como se sabe, “emoções e crenças estão indissolúvelmente ligadas”, isto é, as emoções devem ser tratadas como julgamentos que têm como base as crenças que um grupo social partilha (Charaudeau, 2010: 29). Lembremo-nos, também, de Aristóteles que é enfático ao dizer que “obtem-se a persuasão nos ouvintes, quando o discurso os leva a sentir uma paixão” (Aristóteles, s/d: 35). É o emocional o principal elemento que leva as pessoas a se inclinarem a uma tese. “Tanto é certo que o espírito e alma da Eloquência consiste propriamente nos afetos” (Quintiliano, 1788: 440), nos mostra Quintiliano. Desta forma, valores políticos, religiosos, morais, entre outros, marcam presença nas alocuções que buscavam expressar emoção. É através deste prisma que devemos observar o discurso do presidente do IHGB, Cândido de Araújo Vianna, futuro Marquês de Sapucaí:

² Um estudo mais aprofundado sobre a “Oblação” pode ser encontrado em outro texto deste autor (Fagundes, 2013)

Em tanta calamidade, Senhores, eu vi o dedo de Deus, conheci o efeito da cólera celeste, não pude refrear o pranto: e qual seria o brasileiro que pudesse tanto? Maldito seja o homem que em transe tão apertado se envergonha de chorar; que em deixar correr as lágrimas não se avilta ninguém! (Vianna, 1891: 09).

O Instituto, ao lado de toda nação, compartilhava aquela agonia. A esperança de alcançar a unidade nacional caíra por terra com a morte do príncipe – levado por Deus como um castigo diante da situação política do Império ameaçado de fragmentar-se por interesses locais recalcitrantes:

...não pode deixar de ter-se por sinistro acontecimento, e por castigo de Deus, a morte dos príncipes [...] Sim, Senhores, é punição do Céu a morte do Senhor Dom Affonso: a nossa desunião, as nossas dissensões internas, denunciando a ingratidão com que insensatos recebemos os benefícios da Providência, desvelada em outorgar-nos um Soberano de tantas virtudes, armaram a justiça divina, desafiaram a ira do Altíssimo, e chamando sobre nós o golpe exterminador, foram ferir também os corações do pai augusto, que só acha consolação na resignação evangélica (idem).

Maldito seja o homem que não chorasse por tal perda! Uma morte nacional, a qual todo patriota deveria chorar. Tudo se torna plangente. Como se pode observar, o IHGB acusava de “íngratos” aqueles que promoviam a desunião, visto como os verdadeiros carrascos do príncipe.

Tal como Araújo Vianna, Manuel de Araújo Porto Alegre afirmava que a Divina Providência havia ceifado a vida do menino como um castigo “para que os Brasileiros melhor soubessem apreciar sua ventura na América” (Porto-Alegre, 1891: 12). A unidade nacional, aqui representada pela figura do herdeiro do trono, constitui a vontade divina. Porto-Alegre, a seguir, chama os brasileiros de “povo ingrato” e salienta que o “grande sacrifício” promovido por Deus foi realizado:

para que eles [os brasileiros] olhassem o trono como o paládio de sua grandeza e de sua única felicidade; para que eles no meio de um sobressalto de um golpe extraordinário, encarando o passado, calculando o futuro, se abraçassem, se unissem, e recuassem diante do abismo medonho, que mais de vez tem cavado a cegueira de mesquinhas paixões (idem).

Trata-se de uma alusão direta aos conflitos de interesses locais e a falta de unidade das províncias que havia naqueles tempos. Entretanto, era através da comoção provocada pelas palavras que os sócios do IHGB buscavam evidenciar seu ligamento com a política de centralização. A dor da perda estava presente naquelas frases, con-

tudo, elas expressavam algo para além dos sentimentos.

A questão política que se fortalecia através de uma estética carregada de elementos sagrados – estratégia da qual o orador se valeu para surtir o efeito pretendido – é o ponto central do discurso não só de Porto-Alegre, mas dos outros oradores daquele dia solene, como podemos ver nas palavras do Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia:

O Príncipe cuja perda lamentamos era uma bela e mimosa planta, que o Senhor quis esconder no seio da terra, e d'esta sorte salva-la antes que ela chegasse a estação turbulenta das tempestades; ou usando das expressões das Sagradas Escrituras, foi arrancando para que a malícia não lhe pervertesse o entendimento (Maia, 1891: 36).

Essa passagem do discurso de Silva Maia estabelece um diálogo com Porto-Alegre, pois antes que o jovem príncipe entrasse em contato com os conflitos que assolavam o Brasil daquele período, a Providência, que estaria sempre ao lado do projeto político conservador, resolveu arrancar sua vida, levando o herdeiro do trono para um lugar seguro. Os interesses provincianos despertam a ação de Deus em prol dos interesses nacionais.

De fato, o regime monárquico ainda não estava consolidado. Tanto que, não por acaso, a “Oblação” é publicada em 1848, ano em que explode uma das últimas rebeliões regionais que desde a regência conflagravam o país: a rebelião Praieira. De um modo geral, o que podemos averiguar, é que esse preito de saudade feito à D. Afonso é perpassado pela retórica da repulsa na qual um processo patêmico busca “um movimento de desaprovação, ou até mesmo de rejeição violenta” de uma imagem (Charaudeau, 2010: 53) (rejeitando a falta de unidade e centralização em torno da Coroa, isto é, a ameaça de desagregação). Indubitavelmente, fica claro o uso de elementos sagrados para fortalecer esse ideal de repulsa.

O rei sagrado

A alocução do Sr. Major Bellegarde, em 1840, apropriou-se de uma retórica ainda mais poderosa. Desta vez, a imagem do monarca era o destaque. O orador buscou em lugares da história ocidental elementos que pudessem abrilhantar ainda mais o golpe palaciano-parlamentar que acabara de se realizar. Traz à baila uma continui-

dade com o governo do primeiro Imperador, dando um significado sagrado ao nome Pedro:

Senhor! Contarão os antigos romanos, esse povo rei, as suas eras da fundação daquele império dominador do antigo mundo, e da cidade a que a grande duração e esplendor tem dado título a dominação de Cidade Eterna; e se um Pedro foi a pedra fundamental de sua maior e perene grandeza, outro Pedro, o Augusto Pai de V. M. I., deu novos brasões e glória à Terra de Santa Cruz (47ª sessão em 18 de Setembro de 1840, 1916: 429).

O Pedro fundador da primeira Igreja romana é comparado ao Pedro fundador do Império e pai de D. Pedro II. A continuidade dos reinados era sempre destacada nos discursos, dando um aspecto de progresso e evolução à caminhada repleta de espinhos, na qual se encontrava a nação. Uma retórica ligada à religião já marcava presença em importantes momentos políticos desde os tempos do Primeiro Reinado. É o que podemos encontrar nas palavras do cônego Joaquim Pereira dos Reis que comparou D. Pedro I a Moisés em uma oração feita em 7 de setembro de 1830 na igreja paroquial de N. Senhora da Candelária, mostrando que o primeiro havia nos dado “uma constituição benigna, afável e tão generosa como essa primeira constituição do mundo, dada em duas tábuas ao fiel Moisés” (In: Kraay, 2008: 339).

Ao entrarmos em contato com a *Revista* do Instituto apreendemos que o que se queria destacar era que, um ato glorioso, de iniciativa da própria Majestade Imperial para o progresso da civilização nos trópicos, havia sido realizado com a fundação e tutela do Imperador. “A página d’ouro do livro da glória, da legítima e modesta glória, está aberta” (212ª Sessão em 15 de Dezembro de 1849, 1973: 556). Aliás, ideias como estas foram proferidas no tempo de Luís XIV por um dos seus artistas oficiais da *Académie Royale de Peinture*. O rei francês “fizera nascer, ou formara, a maior parte dos homens ilustres que foram o ornamento de seu reinado” (Burke, 1994: 78). A escola palatina, um modelo de relacionamento entre os letrados e o poder político, fundada por Carlos Magno, atravessa as eras como um exemplo a ser seguido pelos soberanos. O agradecimento por tal ato memorável não poderia deixar de estar repleto de aparatos retóricos:

E quem é esse Messias de nova espécie, que no meio do positivismo do século marcha triunfante e escoltado de tantos idealistas; quem é esse homem notável, essa espécie de semideus, que se eleva tão alto, e despede da sua frente olímpica a luz da civilização, e ilumina o escuro canto do sábio

com o clarão de sua majestade, e o mostra aos outros homens nos bancos da glória; quem é este Americano, que desce do sólido augusto, e depõe todos os atributos da majestade para sentar-se ao recinto da inteligência, irmanar todas as categorias civis, colocar-se no coração do filósofo, nos lábios do poeta heróico, e nas páginas do historiador, escurecendo a glória de muitos de seus antepassados, e conquistando uma nova, tão grande como o novo mundo que nasceria?

Quem é esse novo filho do céu, que começa a colher todos os epítetos consagrados aos homens que fizeram as delícias da humanidade?!

O IMPERADOR (212ª Sessão em 15 de Dezembro de 1849, 1973: 556-557).

Muitos elementos podem ser tirados dessa passagem, mas para nosso propósito apenas o brilho que as palavras dão ao fato importa. Em primeiro lugar, observa-se que o Imperador não apenas senta-se no recinto da inteligência e se irmana aos sábios civis, mas também, se torna espírito que habita os lábios, o coração e as páginas dos homens ilustres que jazem no IHGB. Em uma única aura os sábios e o Imperador conquistam uma nova glória e promovem o nascimento da nova civilização nos trópicos. Essa é a grande retórica, onde nenhum sujeito fica de fora, ou melhor, todos estão incluídos em um processo de identidade, o Imperador, os sábios e a nação desenvolvendo crenças homogêneas em prol de uma causa sublime: a proteção dos sábios para o progresso da nação.

Em segundo lugar, temos que apreender o lugar de superioridade que o Imperador sustentava nessa relação, pois, afinal de contas, ele seria o “novo Messias”, o “novo filho do céu”. No discurso de 1886, Joaquim Norberto da Silva e Souza lança um discurso cuja retórica nos lembra os sermões de Antônio Vieira. Um personagem da primeira geração do Instituto resgata aquele modelo antigo das palavras em meio a um cenário renovado e que aguardava transformações maiores. Acomoda a história bíblica de Moisés à situação de elogio à história imperial.

Ah também por esse tempo, como o berço de canas do menino hebreu, boiando sobre as ondas do Nilo, arrojara a caudalosa torrente da revolução sobre as praias da anarquia o trono diamantino, e o augusto menino imperador era salvo – não como o futuro legislador dos hebreus, pela filha de um rei, mas por um povo inteiro que nele via – a aurora de sua glória – a esperança da sua salvação – o mito de sua grandeza – a estrela de sua prosperidade (Souza, 1886: 491).

Por meio de uma suntuosa estratégia retórica, a imagem imperial é comparada a de Deus que protegeu Noé em meio ao Dilúvio. D. Pedro II é o protetor do pen-

samento, da sabedoria, enfim, do futuro da humanidade, enquanto que o IHGB é a arca que carrega o passado e futuro do país: “Esta instituição, esta arca que se encarregou de salvar do dilúvio do tempo os códices, escritos e monumentos da história pátria, tem alcançado do Imperador do Brasil todo amor e toda proteção” (Azevedo, 1883: 650). Por meio de comparações e analogias, alegorias e metáforas, a retórica construía a ideia de que ser guardião das letras era um dever divino, o que justificava a sacralidade do imperador.

A imagem santa do imperador é posta em evidência por Joaquim Manoel de Macedo no relatório de 1852. “O gênio sentiu que brilhava uma luz divina” no dia 15 de dezembro de 1849, dia em que a associação ganhou uma sala no Paço Imperial. O imperador teria até mesmo poderes mágicos e divinos, pois o seu discurso, naquele dia, estava “cheio de inspiração e de sagrada magia” (Macedo, 1888: 518).

No relatório do ano seguinte, Macedo destaca que os brasileiros “se ufanam em demonstrar a sua dedicação à monarquia constitucional, e à sagrada pessoa de S. M. I. o Senhor D. Pedro II”. Colocando o imperador como o guia, Macedo faz uma adaptação da passagem bíblica dos magos que avistaram a estrela de Davi. “Novos Magos, nós temos também a nossa estrela brilhante, que nos dirige pelo caminho do oriente” (Macedo, 1853: 567).

Conclusão

A retórica tem como finalidade a busca de recursos, de provas úteis para a composição de um argumento que seja capaz de persuadir (Aristóteles, s/d: 34). Tal modelo aristotélico dessa prática discursiva, que vingou até meados do século XX (Reboul, 2004: 01), foi muito bem aplicado pelos membros do Instituto Histórico para legitimar a sua presença no cenário político dos oitocentos ao lado do projeto centralizador. Escusado dizer, como pudemos constatar, que o sagrado foi extremamente útil nesse processo, construindo a imagem tanto dos sócios do reduto letrado carioca quanto a de seu protetor.

No entanto, o saber retórico tradicional, transbordado dessa proficuidade religiosa, misturou-se à nova epistemologia inaugurada pela modernidade. A História torna-se a principal prova legitimadora. Não haveria como vaticinar nada sem ter co-

mo base o conhecimento histórico. As profecias dos antigos santos tornaram-se dispensáveis. O ideal de progresso é a grande novidade que essa retórica oitocentista introduziu, um *topos* essencial. Desta forma, compreendemos que a conciliação do tradicional com o moderno no projeto de construção de uma identidade nacional que buscava não romper abruptamente com o passado, só foi possível por meio dessa acrobacia retórica em que o sagrado e o filosófico, ou em alguns casos, o sagrado e o científico uniram-se, de modo a construir argumentos úteis para a persuasão.

Fontes:

47ª sessão em 18 de Setembro de 1840. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 3 ed. Tomo II, Imprensa Nacional, pp. 426-432, 1916. (1840). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>. Acesso em: 10/03/2011.

70ª Sessão em 13 de setembro de 1841. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo III, Tipografia de D. L. dos Santos, p. 370. 1841. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1841t0003c.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2011.

153ª sessão em 27 de agosto de 1846. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, tomo 3, pp. 418-421, 1846. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1846t0008c.pdf>. Acesso em: 17/03/2015.

212ª Sessão em 15 de Dezembro de 1849. *RIHGB*, Rio de Janeiro, 2 ed., Tomo Quinto, v. 12, Kraus Reprint, pp. 550-557. 1973. (1849). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1849t0012c.pdf>. Acesso em: 22/01/2012.

Referências

AZEVEDO, M. Relatório. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo XLVI, vol 2, Laemmert, pp. 645-656 1883. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSscVMYVzBQRXdDb2c/view?pref=2&pli=1. Acesso em: 12/08/2015.

BARBOSA, J. da C. Relatório dos trabalhos do Instituto durante o 4º ano. *R.IHGB*. Tomo IV. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de L. P. da Costa, pp. 04-27, 1842. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1842t0004c.pdf>. Acesso em: 15/06/2011.

COUTINHO, A. de S. e O. Discurso d'abertura recitado pelo Vice-Presidente. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 3 ed. Tomo II, Imprensa Nacional, pp. 574-582, 1916. (1840). Disponível em

- <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>. Acesso em: 10/03/2011.
- FILGUEIRAS, C. A. de S. Relatório do 2º secretário. In: *R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo XXI-II, vol. 23, Krauss Reprint, pp. 658-685, 1973 (1860). Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1860t0023c.pdf>. Acesso em: 12/08/2015.
- MAIA, E. J. da S. BIOGRAFIA dos Brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc. José Bonifacio de Andrada e Silva. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, tomo 3, pp. 116-143, 1846. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1846t0008c.pdf>. Acesso em: 30/09/2011.
- MAIA, E. J. da S. Discurso. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2 ed, Tomo 11, Imprensa Nacional, pp. 32-37, 1891. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em: 05/12/2011.
- MACEDO, J. M. de. O amor da glória. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2 ed, Tomo 11, Imprensa Nacional, pp. 276-284, 1891. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em: 05/12/2011.
- MACEDO, J. M. de. Relatório do 1º secretário. In: *R.IHGB*, Rio de Janeiro, vol. XVI, Laemmert, pp. 563-600, 1853. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1853t00016c.pdf>. Acesso em: 15/06/2011
- PORTO-ALEGRE, M. de A. Discurso do orador. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2 ed, Tomo 11, Imprensa Nacional, pp. 10-17, 1891. p. 12. (1848) Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em: 05/12/2011.
- PORTO ALEGRE, M. de A. Elogio dos sócios do Instituto. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo Sexto, Kraus Reprint, pp. 36-45. 1973. p. 36. (1844) Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1844t0006c.pdf>. Acesso em: 10/03/2015.
- PORTO-ALEGRE, M. de A. Relatório do 1º secretário. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo XX, vol 20, Krauss Reprint, pp. 38-67. 1973. (1857) Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1857t0020c.pdf>. Acesso em: 12/08/2015.
- SÃO LEOPOLDO, V. de. Discurso de abertura. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo III, Tipografia de D. L. dos Santos, pp. 517-521, 1841. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1841t0003c.pdf>. Acesso em: 13/06/2011.
- SOUZA, J. N. da S. e. Discurso de abertura. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo XLIX, vol 2, Laemmert, pp. 489-497, 1886. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1886t00492c.pdf>. Acesso em: 12/08/2015.

VIANNA, C. J. de A. Discurso do presidente. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2 ed, Tomo 11, Imprensa Nacional, pp. 08-10, 1891. (1848) Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em: 05/12/2011.

Artigos e livros:

ARISTÓTELES. s/d. *Arte Retórica e Poética*. Rio de Janeiro: Tecnoprint. 362p.

BLOCH, E. 2005. *O princípio esperança*. Trad: Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto. 434p

BURKE, P. 1994. *A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Trad: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar. 264p

CÍCERO, M. T. 2005. *Retórica a Herênio*. Trad. e Int: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra. 313p

CHARAUDEAU, P. 2010. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MACHADO, I. L. e MENDES, E. (orgs.). *As Emoções no Discurso*. v. 2. Trad: Emília Mendes. Campinas: Mercado das Letras. p. 23-56

COUTROT, A. 2003. Religião e política. In: REMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Trad: Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV. p. 331-363.

DETIENNE, M. 2013. *A Identidade Nacional: um enigma*. Trad: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica. 112p.

DOMINGUES, B. H. 1997. O medieval e o moderno no mundo ibérico e ibero-americano. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 20, pp. 195-216.

FAGUNDES, R. S. 2013. A imagem santa do cetro imperial: o sagrado e o político na retórica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na ocasião da morte do príncipe Dom Afonso. In: PINTO, L. R. (org.) *Histórias Revistas: sobre instituições, corpos e "almas"*. Rio de Janeiro: Multifoco. 104-121.

GUIMARÃES, M. S. 2007. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: José Murilo de Carvalho. (org.). *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 93-122.

_____. 1988. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n. 1, pp. 05-22.

- HARTOG, F. 2013. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica. 272p.
- HAUPT, H-G. 2008. Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, v.22. n. 62, jan./abr. pp. 77-94.
- JAUSS, H. R. 1979. A estética da recepção: colocações gerais. In: _____ (et. al.) *A Literatura e o Leitor: textos de estética da recepção*. Coord. e trad: Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 43-82p.
- KRAAY, H. 2008. Nação, Estado e política popular no Rio de Janeiro: rituais cívicos depois da Independência. In: PAMPLONA, M. A. e DOYLE, D. H. (orgs.) *Nacionalismo no Novo Mundo: a formação de Estados-nação no século XIX*. Trad: Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Record. p. 329-354.
- LACERDA, G. 2010. A providência divina na história: a modernização da linguagem do Providencialismo no mundo luso-brasileiro. ARAÚJO, V. et. al. (org.). *Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado*. Ouro Preto: EdUFOP, pp. 01-13. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2010/paper/view/216>. Acesso: 20/06/2016.
- MOREL, M. 2005. *As Transformações dos Espaços Públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec. 326p.
- NEVES, L. M. B. P. das. 2009. "Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821-1860)". In: CARVALHO, J. de M. e NEVES, L. M. B. P. das. (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 181-205
- PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTECA, L. 2005. *Tratado de Argumentação: a nova retórica*. Trad: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, São Paulo: Martins Fontes. 657p.
- QUINTILIANO, M. F. 1788. *Instituições Oratórias*. Trad: Jeronymo Soares Barbosa. Tomo Primeiro, Coimbra: Imprensa Real da Universidade. 567p
- REBOUL, O. 2004. *Introdução à Retórica*. Trad: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes. 253p.
- RÉMOND, R. 2002. *O século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix. 207p.
- SKINNER, Q. 2002. *Visões da política: sobre os métodos históricos*. Lisboa: Difel. 293p.

STAROBINSKI, J. 2001. *As Máscaras da Civilização*: ensaios. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras. 308p.

WEHLING, A. 1999. *Estado, história, memória*: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 241p.

WITTGENSTEIN, L. 2009. *Investigações Filosóficas*. 6 ed. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis. Vozes. 305p.

200201769420

Artigo recebido em 14.10.2016 e aprovado em 17.02.2017.